


# Uma nova abordagem de natureza na Educação Ambiental: o caso do Projeto Parque Educador - Distrito Federal

 Hugo de Carvalho Sobrinho \*  
Rodrigo Capelle Suess \*\*  
Luís Fernando Celestino da Costa \*\*\*

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de analisar a contribuição do Projeto Parque Educador na construção e consolidação de uma perspectiva de educação ambiental que favoreça a construção de uma cidadania socioambiental, desenvolva uma visão holística do meio ambiente e reposicione a natureza como patrimônio fundamental da vida humana. Para o alcance desse objetivo, estruturamos essa reflexão em três momentos que se conectam. Primeiro, o nosso entendimento sobre o conceito de natureza, segundo, a origem, objetivo, metodologia e ampliação do Projeto Parque Educador e, por fim, as metas, modalidades e outras atividades que foram/serão realizadas. Entendemos que o projeto deve seguir uma visão holística do meio ambiente, trabalhar uma perspectiva internalista de natureza e resgatá-la como patrimônio. Ele se constitui em uma prática pedagógica de caráter propositivo, reflexivo e crítico. Os seus resultados parciais sinalizam a necessidade de sua ampliação para outros espaços educativos. Portanto, entende-se que este projeto vem construindo uma nova proposta de ensinar e aprender no Distrito Federal, em espaços alternativos ao da sala de aula convencional.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Natureza. Cidadania. Parque Educador.

---

\* Hugo de Carvalho Sobrinho é licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre e doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração em Gestão Territorial e Ambiental. Professor da Carreira do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Pesquisador do Grupo de Pesquisa - Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF/UnB) e compõe a rede Iberoamericana de professores investigadores do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica. Integrante da Equipe Gestora do Nível Central responsável pela Política de Educação Ambiental da SEEDF. Contato: hugo.carvalho@edu.se.df.gov.br.

\*\* Rodrigo Capelle Suess é licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre e doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração em Gestão Territorial e Ambiental. Professor da Carreira do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Pesquisador do Grupo de Pesquisa - Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF/UnB) e compõe a rede Iberoamericana de professores investigadores do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica. Contato: rodrigo.capellesuess@gmail.com.

\*\*\* Luís Fernando Celestino da Costa é licenciado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Gestão Pública e Sociedade com Ênfase em Economia Solidária pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e mestre em Educação na linha de pesquisa Educação, Tecnologias e Comunicação na Faculdade de Educação da UnB. Professor da Carreira do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Integrante da Equipe Gestora do Nível Central responsável pela Política de Educação Ambiental da SEEDF. Contato: luis.costa2@edu.se.df.gov.br.

## Introdução

“Os avanços tecnológicos, apesar de proporcionarem melhores condições de existência para a humanidade, têm contribuído para a cristalização de um modelo socioeconômico insustentável” (SUESS, BEZERRA e CARVALHO SOBRINHO, 2013, p. 242). No período técnico-científico-informacional, decorrente da elevação do potencial de transformação do meio ambiente - graças a meios de transportes, biotecnologia, engenharia, computação e telecomunicações mais rápidas e eficientes - é demandada novas funções à escola. Entre essas demandas emergentes está a promoção de uma educação que considere o contexto atual e que, dentre os diversos dilemas, permita entender a questão ambiental como um paradigma essencial para a sobrevivência e qualidade de vida da espécie humana.

Na perspectiva tradicional, o processo de ensinar se centrou em uma educação enciclopédica que de nada serve para a compreensão da realidade vivida por seus sujeitos. Infelizmente, essa concepção ainda se apresenta latente em muitos dos processos pedagógicos (CARVALHO SOBRINHO e GENGNAGEL, 2018). Além de mudanças na concepção de educação, de escola e de formação de professores, a educação ambiental demanda uma leitura que ultrapasse a sua dimensão natural, esse horizonte deve incluir, igualmente, preocupações com o social, o político, o cultural e o econômico. Trata-se de posicionar o homem enquanto parte da natureza e construtor dela. Entre outras posturas, significa posicionar o meio ambiente como patrimônio, uma vez que, o homem vem o ocupando ao longo do tempo e transformando-o de acordo com as suas necessidades. Ao estabelecer essa relação, gera conhecimento, produz sobrevivência, estabelece uma identidade e deixa como herança uma memória. Sua preservação não representa apenas a manutenção biológica do homem, mas também sua existência sociológica, histórica e geográfica.

Assim, é inegável que, nos últimos anos, está ocorrendo uma maior preocupação com questões referentes ao meio ambiente. Prova disso, no mundo e no Brasil, é a realização de conferências, congressos e fóruns, a elevação da pasta de meio ambiente, a posição de secretarias e ministério, o fortalecimento e criação de instituições públicas e privadas e um amplo debate que atinge esferas como educação, cultura, economia, direitos humanos, energia, transporte e construção.

A educação formal, aquela que acontece principalmente nas instituições de ensino, é um dos principais vetores para a construção de uma sociedade sustentável, uma importante via de construção de novos conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores voltados ao desenvolvimento sustentável.

No Distrito Federal, o primeiro órgão ambiental tem sua origem em 1985, a extinta Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente (COAMA). Atualmente, contamos com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), diversos colegiados que, além de representantes públicos, contam com a participação da sociedade civil em questões como meio ambiente, água, clima, energia, resíduos sólidos, fauna e flora. Deve-se destacar o significativo avanço na legislação ambiental desde então, como o Fundo Único de Meio Ambiente.

Na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a educação ambiental é evidenciada em todas as etapas e modalidades de ensino, nas ações pedagógicas e projetos. Ademais, possui uma Política de Educação Formal (Portaria nº 428/2017), um Plano Distrital de Educação Ambiental do Distrito Federal (PDEA)<sup>1</sup> (2018), aparece no Currículo em Movimento, nos cursos de formação<sup>2</sup>, com um calendário de atividades que apresenta semanas específicas para ser trabalhada em sala de aula. Além disso, está em construção o Fórum Permanente de Educação Ambiental. Deve-se mencionar, também, que a SEEDF é composta por uma Unidade Gestora Central da Política de Educação Ambiental Formal - a Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação (GEAPLA). Essa é responsável por articular, coordenar, elaborar, propor, supervisionar e avaliar atividades voltadas, dentre outras, à educação ambiental no âmbito do Distrito Federal, o que inclui as 680 escolas públicas e parcerias estabelecidas com o setor público e privado. Entre essas ações está o Projeto Parque Educador.

O Projeto Parque Educador está inserido no Programa Brasília nos Parques<sup>3</sup>, uma parceria entre a SEEDF, a SEMA e o IBRAM. Tem como principal objetivo promover o atendimento, prioritariamente, aos alunos da educação integral da rede pública de ensino do Distrito Federal, nos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UCs) sob gestão do IBRAM. Outrossim, busca a mobilização social das comunidades e escolas do entorno desses espaços para sua conservação e preservação, restabelecendo, assim, sua relação de pertencimento por meio de ações de educação ambiental e patrimonial, no contexto da integralidade do ser conforme preconiza o Currículo em Movimento do Distrito Federal, e com a finalidade de promover o eixo transversal de educação para a sustentabilidade.

Com base nesse anseio, em março de 2018, deu-se início ao Projeto Parque Educador. Atualmente existem quatro Parques Ecológicos/UCs em atividades pedagógicas, sendo eles: Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Três

Meninas, Parque Ecológico Sucupira/Estação Ecológica Águas Emendadas. Ainda destacamos o fato de estar em andamento a ampliação, prevista para o segundo semestre de 2019, para mais dois Parques Ecológicos/UCs: Parque Ecológico Dom Bosco/Centro de Práticas Sustentáveis e Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo.

Assim sendo, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a contribuição do Projeto Parque Educador na construção e consolidação de uma perspectiva de educação ambiental que favoreça a construção de uma cidadania socioambiental, desenvolva uma visão holística de meio ambiente e reposicione a natureza como patrimônio fundamental da vida humana.

A abordagem metodológica utilizada é de base qualitativa, e se faz por reflexões teóricas, hermenêutica de leis, normas e portarias, observações e experiências que dizem respeito ao Projeto Parque Educador. Evidenciamos que, neste momento, as análises não serão focalizadas na concepção e na voz dos estudantes, mas na perspectiva de professores/pesquisadores que analisam e desenvolvem a referida temática em suas práticas profissionais.

### **Um novo conceito de natureza, um novo conceito de homem, uma nova educação ambiental**

Nota-se que, ao longo da história da humanidade, a natureza adquiriu diversos sentidos e que, de certo modo, justificou a narrativa da interação entre sociedade-natureza. A natureza foi e continua, de alguma forma, sendo vista como distante do homem. Por esse motivo, elencamos algumas visões a respeito do seu significado: a natureza como força mística e/ou divina; a natureza restrita à esfera do inorgânico; a natureza restrita às relações físico-matemáticas e matemática-mecânicas; a natureza separada do homem; a natureza desumanizada e o homem desnaturalizado (dicotomia homem-meio); o mundo tricotomizado (natureza, corpo e mente); natureza pulverizada (cada corpo ocupa um lugar e cada lugar só é ocupado por um corpo); natureza técnica (revolução industrial); a natureza da biologia e química; triunfo do paradigma físico (laboratório, lei da gravidade); natureza da geografia física; economia política da natureza-fator-terra-de-produção (economia e psicologia), etc. (MOREIRA, 2014a). Desse modo, nos deparamos com diversos conceitos de natureza, que mais nos lembra, como afirma Moreira (2014a), a uma natureza insensível do que sensível, o homem e a natureza dessituados.

A ideia antropocêntrica de que a natureza se resume, por um lado, a um jogo entre elementos úteis e inúteis para os seres humanos e, por outro, a ideia errônea de que a capacidade humana de eliminar o que não lhe serve pode ser representada como sinônimo de organização do sistema faz com que muitos povos ainda

estabeleçam uma relação conflituosa com o seu meio ambiente (FIGUERÓ, 2015). Morais (1999) elenca duas concepções epistemológicas de natureza ao longo da história da humanidade: a concepção externalista da natureza - que predominou por muito tempo -, e a concepção internalista da natureza - que a sociedade deveria adotar.

A primeira refere-se a uma natureza como objeto a ser dominado e manipulado, em paralelo a uma concepção de ser humano como um sujeito separado e distante da natureza. Nessa concepção, temos ainda duas vertentes possíveis: a natureza hostil e a natureza virtuosa. Assim, a natureza hostil é quando ela se revela ser um objeto não passivo, resistente ao ser humano, elemento que precisa ser dominado e submetido aos interesses humanos.

De qualquer forma, boa parte dessas visões sobre a natureza a faz elemento de conquista e, portanto, objeto de apropriação desigual entre os seres humanos, reforçando e justificando a apropriação desigual do espaço e o desenvolvimento desigual predatório do capital (MORAIS, 1999).

Morais (1999) defende o desenvolvimento de uma visão internalista da natureza. Contudo, um dos primeiros passos é reconhecer as diversas manifestações da ideia utilizada pelas populações para se estabelecerem como tal:

Quando todos os homens sentirem-se também natureza, a ideia da propriedade privada não mais existirá. Acredita-se que, a partir da internalização do conceito de natureza, pode-se colaborar para desenraizar o conceito de natureza externalizada, fornecendo subsídios para a transformação da realidade vigente (MORAIS, 2011, p. 96-97).

Como destaca Dardel (2011, p. 6): “(...) entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser”. O geógrafo lembra que a planície só é “vasta”, a montanha só é “alta”, o oceano só é oceano (significado) porque o ser humano designa. Ele nos lembra que o que vemos e fazemos da terra (natureza) está envolvido com o que somos, o que pensamos, sentimos e desejamos. A terra (natureza) nesse aspecto, é algo que faz parte do homem, assim como o homem é um de seus habitantes. Esse autor abre espaço para pensarmos a natureza como um patrimônio elementar na constituição da espécie humana.

A Terra, como base, é advento do sujeito, fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu habitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu pensar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e erigir (DARDEL, 2011, p. 41).

Nesse aspecto, não é nenhuma mentira que os primeiros estudos voltados ao meio ambiente trataram da descrição do quadro natural do planeta - relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora -, não envolvido, de qualquer maneira, com o homem e suas atividades (MENDONÇA, 2014). Nesse sentido, a origem do conceito de natureza se faz com a ausência do conceito de homem. Ambos foram distanciados. Por um lado, tem-se um homem de criação divina, trabalho, necessidade, consumo e não sujeito; por outro, a natureza da divindade, recursos, estoque de meios, arsenal de matérias primas, enquanto, na verdade, constitui-se em um elo holístico, um par em troca metabólica que se concretiza no tempo e no espaço (MOREIRA, 2014b).

Têm e não têm um sentido de significado que dizem o que são. [...] É que, dialéticos em suas ideias, acaba por entre eles homem e natureza a aparecer em seus entrelaces de entes que se movem para que os outros entes geográficos se movam. Criam seus significados, para que estes os tenham. São determinados, para que o todo como um todo também se determine (MOREIRA, 2014b, p. 30).

Trata-se de reconhecer que o significado que um e outro, ou ambos, possuem em conjunto acaba determinando o valor dado aos outros elementos do mundo. Assim, uma mudança de visão de natureza e de homem muda o significado das outras coisas. Atualmente, estamos em busca de um encaixe conceitual unitário para a natureza, o homem e o mundo. O meio ambiente, como muitos teóricos hoje entendem, deve ser a ação conjunta dos elementos naturais e sociais, no espaço e no tempo.

O que Moreira (2014a) defende é o que ele denomina de espaço da espiral, constituído pelo entrelaçamento do movimento físico, biológico e humano. De tal modo, pode-se dizer que a natureza é histórica, envolvida em um eterno processo de produção e reprodução que desenrola na síntese das novas formas materiais do planeta. Tal concepção vai ao encontro do que defende Moraes (2011), ao falar que a natureza é concebida para além dos elementos físico-naturais; resultado, igualmente, de uma perspectiva social que reflete o momento histórico e a prática vivenciada pelo homem. Trata-se, assim, da concepção de natureza a ser adotada pelo Projeto Parque Educador.

A superfície é o modo de ser geográfico da natureza, pois é nela que se dá a principal interface entre sociedade-natureza (MOREIRA, 2014a). Como reforça Santos (1997, p. 01): "(...) cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual". Assim, por meio da educação ambiental e patrimonial promovida pelo projeto nos parques ecológicos/UCs do Distrito Federal, reafirmamos o motivo de ser da natureza, que conduz os estudantes, sujeitos históricos e com história, a se identificarem como pertencentes e produtores da natureza e de sua realidade social.

A visão externalista da natureza vem favorecendo um desenvolvimento predatório que é ainda recebido como solução ao subdesenvolvimento. O que comumente é denominado desenvolvimento, trata-se, na verdade, de uma limitação que abarca apenas o crescimento econômico desconectado do combate à pobreza e à desigualdade, sem estabelecer um meio ambiente equilibrado. Alguns países não adotam a perspectiva que "(...) o desenvolvimento é tudo o que traz felicidade a um povo, e não será feliz o povo que tiver suas matas destruídas, sua paisagem alterada e sua saúde corrompida" (BRANCO, 2004, p. 10). Dessa maneira, o crescimento econômico que não gera melhoria na qualidade de vida não pode representar felicidade, elemento que justifica o desenvolvimento de uma sociedade.

Em oposição a esse modelo predatório, atualmente falamos em uma nova forma. O desenvolvimento sustentável refere-se a um progresso que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de atendimento das futuras gerações, de acordo com o relatório Brundtland, de 1987 - conhecido com Relatório Nosso Futuro Comum (MAGALHÃES JÚNIOR, 2011). Isso significa um desenvolvimento autossustentado, compatível com a preservação de recursos naturais de um determinado país (BRANCO, 2014). Associado a ele, além do desenvolvimento econômico, temos o desenvolvimento social, a preservação e conservação ambiental que tenha como um de seus efeitos o equilíbrio entre a sociedade e a natureza. Dessa forma:

Já se pode prever que entre os padrões para o reconhecimento do nível de desenvolvimento de um país devam figurar a capacidade do seu povo em termos de preservação de recursos, o nível de exigência e o respeito ao zoneamento de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação corretas dos recursos naturais (AB'SABER, 2003, p. 10).

O homem é a única espécie que além de possuir um ambiente físico, químico e biológico, também dispõe de um ambiente cultural. Na vida moderna, industrial e tecnológica o contato físico com um ambiente mais natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Essa nova vivência com as cidades e os espaços artificiais tem gerado um erro de percepção que dificulta o entendimento que o indivíduo e as sociedades são extremamente dependentes da natureza e que a sua degradação significa a degeneração de si mesmo e do outro (MENDONÇA, 2014; TUAN, 2012). Dessa forma, "(...) o homem, quer queira quer não, depende da existência de uma natureza rica, complexa e equilibrada em torno de si" (MENDONÇA, 2014, p. 31).

Diante desse cenário, uma educação voltada para o ambiente constitui-se como necessária perante a crise socioambiental vivenciada, uma vez que, ao agir sobre o meio ambiente, a sociedade contemporânea atua com

desequilíbrio e descontrole, sem levar em consideração que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais pelo homem. A educação ambiental deve surgir das diversas realidades socioambientais para a construção de uma cidadania ambiental (TOMITA e SHINOBU, 2013). Desta feita, um dos princípios dessa educação deve ser a sustentabilidade e como construí-la na esfera local, regional, nacional e global. Todo e qualquer projeto educativo, que leve em conta a questão ambiental, deve ter em vista esse cenário. Em nosso caso específico, o Parque Educador deve problematizar a realidade ambiental vivenciada pelos alunos da rede, muni-los de conhecimentos e levá-los a propor soluções e ações que abarquem todas as esferas, especialmente, local e regional.

Deve-se lembrar que a formação das paisagens contemporâneas é resultado de uma longa e complexa história evolutiva dos seres vivos que nelas habitam, bem como a história evolutiva dos elementos não vivos como o clima, hidrografia, solo e relevo (FIGUERÓ, 2015). Dessa maneira, a paisagem é sempre uma herança de processos fisiográficos e biológicos, constituindo-se como "(...) patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades" (AB'SABER, 2003, p.9). Essa herança implica na responsabilidade com essas paisagens, ou pelo menos deveria significar. "Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre" (AB'SABER, 2003, p. 10).

Assim, não é apenas dever da educação ambiental, mas também da educação patrimonial, a tarefa de conscientizar o seu público a respeito do que levou ao estágio atual do meio ambiente e como podemos reverter ou melhorar questões essenciais para a nossa existência e de outros ecossistemas. Trata-se de reconhecer que o meio ambiente não é um elemento que diverge do ser humano, mas um ente essencial para constituição de seu conhecimento, identidade, memória, história, costumes, cultura, sobrevivência e futuro. A natureza como patrimônio material e imaterial é da mesma importância que o corpo, a saúde, a vida, as expressões e as construções. Existe uma relação simbiótica entre elas, pois a história do homem não se dá fora do espaço e do tempo, e esses são resultados da interação entre natureza e sociedade.

A literatura destaca que a maioria dos problemas ambientais do mundo identificados, atualmente, poderia ser evitada ou amenizada se a educação ambiental fosse um elemento presente na formação das gerações passadas (TOMITA e SHINOBU, 2013). Está cada vez mais claro que "(...) as pessoas, quando informadas, geralmente favorecem a proteção ambiental e a

saúde pública em detrimento dos interesses econômicos" (CHRISTOPHERSON, 2012, p. 678). Existem muitas ideias consolidadas e em construção a respeito de um novo relacionamento que se deve dar entre seres humanos e natureza. O papel paralelo a essas ações, tanto quanto importante, é colocá-las em prática. Embora os nossos ecossistemas sejam resilientes, também são frágeis. Está aí a essência da educação ambiental: discutir e construir conhecimentos a respeito do meio ambiente e, ao mesmo tempo, despertar atitudes que levem a engrenagem dessas ideias nas ações, principalmente, da juventude. O Projeto Parque Educador tem como responsabilidade essa missão, junto a técnicos, professores, alunos e comunidade local que compõem a realidade social e ambiental do Distrito Federal.

A partir dessas considerações, na próxima seção abordaremos a constituição do referido projeto e sua atuação nas escolas públicas do Distrito Federal, além de salientar a perspectiva e relação do movimento físico, biológico e humano na constituição dos sujeitos e de suas espacialidades.

### **Projeto Parque Educador: origem, objetivo, metodologia e ampliação**

As práticas pedagógicas do Projeto Parque Educador se difundiram como uma proposta formal após a publicação da portaria conjunta nº 2, de 17 de junho de 2015, que estabeleceu parceria específica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), para desenvolver ações relacionadas à educação ambiental e patrimonial, mais especificamente nas atividades ligadas ao Projeto Parque Educador. Entretanto, mesmo com a existência dessa normativa, o projeto só foi iniciado no ano de 2018 no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal. Atualmente, tem-se em processo de formalização um Termo de Cooperação Técnica (TCT) que efetiva a entrada do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) na parceria junto à SEEDF e SEMA. Evidenciamos esse fato, pois na portaria conjunta não mencionava esse instituto de maneira direta, mas apenas indiretamente, por sua vinculação com a SEMA. Esse parceiro esteve à frente do projeto desde sua implantação.

Nesse sentido, por considerar a necessidade de ações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e das Políticas de Educação Ambiental Formal (Portaria 248/2017) e Educação Patrimonial (Portaria 265/2016) do Distrito Federal, que a SEMA, o IBRAM e a SEEDF resolveram promover parceria para fomentar a temática no âmbito das escolas públicas do DF, mas de forma sistematizada e progressiva. Assim, de acordo com a portaria resolvem:



Art. 1º Estabelecer parceria específica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, com a participação do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, vinculado à SEMA como Órgão Gestor de Parques e Unidade de Conservação no DF, para o fortalecimento da educação ambiental na rede pública de ensino do Distrito Federal, no contexto da concepção da Educação Integral (SEEDF) e do Programa Brasília nos Parques (SEMA-IBRAM) (DISTRITO FEDERAL, 2015, n.p).

Nesse mesmo documento é possível perceber, em seus objetivos, a relevância dessa ação, já que se observa sua presença no Currículo em Movimento do Distrito Federal e que se relaciona com os anseios nacionais na proposta do Eixo Transversal “Educação para a Sustentabilidade”. Há um apelo por instituir, nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, os temas de educação ambiental e sustentabilidade que considerem e disseminem conhecimentos para a comunidade em geral. Entre esses objetivos fica evidente que é necessário proporcionar o incentivo aos projetos nas unidades escolares para incutir a construção e o sentido da cidadania por meio de uma educação que seja integral, crítica, reflexiva e propositiva. Ainda, há um propósito que se concatena com o desenvolvimento de uma educação que inclua e respeite as diversidades, o patrimônio e que promova a sustentabilidade.

Cabe destacar a dimensão que os espaços educacionais externos às unidades escolares têm buscado alcançar, principalmente no que tange às Unidades de Conservação/UCs. Segundo a Meta 6, Estratégia 6.4, do Plano Distrital de Educação (PDE), um dos aspectos que deve ser considerado é a relação da escola com diferentes espaços educativos, como os parques. Sob esse ponto de vista, o Projeto Parque Educador tem conseguido articular o processo de ensino aprendizagem sob a égide da educação ambiental relacionando a *práxis* pedagógica dos professores e estudantes com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2018), principalmente sob o eixo transversal da “Educação para a Sustentabilidade”, já que sugere-se um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidária, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, entre outros.

Dessa maneira, a metodologia das práticas pedagógicas que são desenvolvidas se relaciona com a ecopedagogia ou pedagogia da terra, que oferece uma

educação que desenvolva os processos reflexivos, criativos, críticos e propositivos voltados para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da solidariedade. Além disso, é um movimento pedagógico com a ambição de ir além da escola, porque almeja imbuir em toda a sociedade. Ela pode ser entendida como um movimento social e político que surgiu das demandas da sociedade civil. Os sujeitos conhecem o que é lixo (resíduos sólidos), asfalto, desmatamento, água, etc., mas não entendem a questão ambiental na sua significação mais ampla. Daí a essencialidade de uma ecopedagogia, uma pedagogia para o desenvolvimento sustentável:

A ecopedagogia insiste na necessidade de reconhecermos que as formas (vínculos, relações) são também conteúdos. Como essa pedagogia está preocupada com a “promoção da vida”, os conteúdos relacionais, as vivências, as atitudes e os valores, a “prática de pensar a prática” (Paulo Freire) adquirem expressiva relevância. Ela defende ainda a valorização da diversidade cultural, a garantia para a manifestação das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo de trabalho para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da educação multicultural (GADOTTI, 2005, p. 5).

Destarte, educação ambiental e patrimonial são caminhos para a educação multicultural, devido ao fato de levar em consideração o cotidiano e o resgate das espacialidades de seus sujeitos. Nesse contexto, compete a este projeto promover a valorização da vida cotidiana, a observação, a mobilização e a reflexão da comunidade escolar em relação ao seu próprio patrimônio e, outrossim, promover a oferta de ações educativas por meio das referências culturais inseridas em contextos de vida das pessoas, fortalecendo os vínculos dos estudantes com o seu patrimônio e construindo uma cidadania socioambiental. A realidade tal como entendemos não pode ser concebida sem o ser humano, assim como o real não é apenas o ser humano. O real é o mundo material em conjunto com as relações que o ser humano estabelece na vida social, consigo mesmo, com a natureza, com os outros seres vivos e com o transcendente (CONSULTA POPULAR, 1999).

Por isso, a abordagem metodológica almeja a educação integral que privilegie vários aspectos, entre eles: a observação da natureza, como fonte de aprendizagem da sustentabilidade; o uso do movimento corporal, como recurso dinâmico, mobilizador e integralizador; o uso do símbolo como instrumento de religação das dimensões culturais e biológicas do ser humano; a ressignificação do cotidiano como espaço vivencial de transformação da realidade; a experiência que se caracteriza pela criação de espaços vivenciais pedagógicos, a partir de temas específicos e pela inclusão

de fatos do cotidiano como elementos de exploração e contextualização; estudos de textos como estratégia de afirmação das bases intelectuais do conhecimento; a inclusão do cotidiano como o mais variado, rico e complexo recurso disponível, que oferece chances de exploração pedagógica, com vistas ao desenvolvimento da identidade cultural dos estudantes e da comunidade (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Nesse sentido, são considerados eixos norteadores das ações que são desenvolvidas nas práticas pedagógicas nos Parques Ecológicos/UCs a Educação Ambiental e Patrimonial. Com a implementação deste projeto nas escolas públicas do DF, os estudantes têm a oportunidade de conhecer as diferentes espacialidades, e os professores que estão envolvidos poderão ressignificar a sua prática. De tal modo, ao promover o acesso aos Parques Ecológicos/UCs, o Projeto Parque Educador possibilita que conhecimentos de várias disciplinas sejam sistematizados e ressignificados, por exemplo: geografia, história, ciências naturais, ciências biológicas, artes, entre outras.

É importante registrar que todas as disciplinas do currículo devem envolver, em seus processos formativos, dentre outras temáticas, o eixo transversal de Educação para a Sustentabilidade. É, nesse sentido, que o projeto se apresenta como uma alternativa de promoção da interdisciplinaridade, processo que, infelizmente, é visto como uma barreira por parte dos docentes em suas práticas reais nas unidades de ensino (CARVALHO SOBRINHO e GENGNAGEL, 2019). Portanto, destacamos sua relevância como elemento indutor às práticas da interdisciplinaridade.

Ao continuar a análise no que concerne às questões metodológicas e didáticas, verificamos ser um processo bastante significativo, já que o foco é receber nos parques os estudantes para realização de uma educação integral, ambiental e patrimonial. As atividades são variadas e contam com professores especializados e disponibilizados pela SEEDF.

Há uma estruturação no sentido das visitas aos parques, porque o diferencial se apresenta em possibilitar uma formação sistematizada por meios dos modalidades e ciclos de visitas. É importante esclarecer que esses não excluem as escolas que queiram participar de forma pontual ao trabalhar determinada temática, mas a forma com que o projeto se estrutura e se vincula a uma formação mais integral dos participantes, já que permite uma construção mais profunda no sentido da sistematização de conhecimentos como, também, a sensibilização dos estudantes.

São promovidas, nessas visitas ou ciclo de visitas, as seguintes atividades: apresentação da proposta, palestras, jogos colaborativos, minicursos, oficinas, trilhas senso perceptivas e guiadas, gincanas, atividades

escritas e orais, experiências sensoriais, construção e apresentação de maquetes, entre outras. É importante elucidar que cada parque ecológico possui atividades específicas a serem executadas a partir de sua particularidade, o que depende da temática a ser desenvolvida. Essas atividades sempre estão carregadas de conhecimentos sistematizados. Além disso, um diferencial é que os estudantes percebam que esses conceitos sistematizados estão realmente presentes no seu cotidiano, em sua espacialidade. Logo, contribuem para a construção e sentido da cidadania ativa e socioambiental.

### **Metas, modalidades e outras atividades do projeto: o caráter qualitativo e quantitativo**

Desde o início da execução do Projeto Parque Educador junto às unidades escolares, no ano de 2018, gerou-se expectativas em relação à adesão e aceitabilidade por parte dos professores, estudantes, gestores e comunidade escolar. A divulgação do projeto e as questões de logística como o transporte foram elementos que dificultaram o início do projeto, pois ações pedagógicas fora do ambiente das unidades escolares exigem condições mínimas para sua execução.

Por outro lado, o caráter inovador da proposta permitiu que as escolas se empenhassem sobre o novo, as descobertas, os deslumbramentos e a vontade de fazer diferente. Com o apoio dos parceiros e o engajamento das escolas, foi possível colher frutos significativos do ponto de vista qualitativo e quantitativo ao longo desse curto período desde o início do projeto. Os avanços nos atendimentos aos estudantes mostraram que o interesse tem aumentado, bem como a demanda por melhor organização.

As práticas sustentáveis contempladas pelo Projeto Parque Educador são de natureza educacional e consistem, portanto, em estratégias didático-pedagógicas que visavam informar, sensibilizar, conscientizar e mobilizar os alunos a respeito de problemas de natureza social, econômica e ambiental das esferas locais, regionais, nacional e global, com destaque para a atuação local e o seu efeito global. Essas atividades pedagógicas, conforme destacado, devem levar em consideração a sustentabilidade como um princípio que não prescinde de ações socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente corretas. As atividades realizadas visaram contribuir para que os alunos ressignificassem seus valores, princípios e conhecimentos sobre as problemáticas inseridas em seu cotidiano.

Outra questão a ser evidenciada para compreendermos a grandiosidade pedagógica está relacionada à quantidade de atendimentos que são realizados por meio das modalidades, sendo elas: modalidade de quatro encontros e de dez encontros. Esta, exclusivamente para as escolas de tempo integral. Tais modalidades

Quadro 1. Quantitativo de atendimentos dos Estudantes da SEEDF - Projeto Parque Educador

Semestres	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Unidades de Conservação	4	4	4	6
Unidades Escolares	13	41	43*	65*
Estudantes	840	1.680	1.920*	2.880*
Atendimentos	4.553	13.000	13.440*	20.160*

\* Números aproximados. Poderá haver alterações no andamento do projeto.

Fonte: Relatórios do Comitê Gestor, Relatório de Gestão da GEAPLA (2018) e Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica (2019 - 2024).

fazem com que a abordagem não seja pontual, mas sim processual. Contribuindo com a sistematização de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que a questão qualitativa foi o maior ganho para os processos pedagógicos vinculados ao projeto, porque são essas ações que constroem e ressignificam a noção de cidadania socioambiental. Porém, os dados, no que se refere à questão quantitativa, são capazes de nos revelar a grandiosidade das ações implementadas.

Observamos, no Quadro 1, que o quantitativo de alunos que foram atendidos, ou a estimativa para aqueles que ainda serão atendidos, se apresenta expressivo. Por ano, são 960 atendimentos de estudantes em cada Parque Ecológico/UCs, considerando 480 estudantes na modalidade de dez encontros e 480 estudantes na modalidade de quatro encontros. Além disso, a meta é realizar 6.720 atendimentos a estudantes<sup>4</sup>, por ano, em cada Parque Ecológico/UCs do Projeto Parque Educador, considerando 480 alunos atendidos por dez vezes, ou seja, 4.800 atendimentos, e 480 alunos atendidos por quatro vezes.

Contribuindo à análise do número de atendimentos, cabe destacar os resultados de caráter qualitativo, que dizem respeito ao engajamento pedagógico dos professores e estudantes com as práticas em educação ambiental e patrimonial. As ações desenvolvidas a partir da atuação do Projeto Parque Educador, juntamente com o conhecimento adquirido com o dia a dia dos atendimentos, transformaram os participantes em valiosos sujeitos ativos em outras iniciativas na área. Podemos citar a participação nas seguintes iniciativas: a) Participação na elaboração do Guia Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Distrito Federal; b) Fórum Mundial da Água; c) Conferência Distrital de Meio Ambiente; d) Conferência Infante-juvenil pelo Meio Ambiente; e) Participação no projeto Estações Meteorológicas nas escolas; f) Virada do Cerrado; g) Participação no congresso Iberoamericano Nós Propomos: Geografia, Educação e Cidadania.

As análises feitas nos permite perceber a dimensão do projeto em seu primeiro ano de execução, e nos dá expectativas do que poderá se tornar caso se continue valorizando e incentivando iniciativas como as do Parque Educador. A experiência desse projeto nos mostra que ações de caráter inovador podem fazer a diferença

na vida de professores e estudantes, bem como contribuir para a tomada de consciência ambiental e patrimonial em todos os âmbitos. Carecemos de propostas que motive e engaje esses sujeitos nas causas que dizem respeito a todos os seres vivos e que busquem ações político-pedagógicas transformadoras e emancipadoras que conduzam a uma ética global e à cidadania socioambiental.

## Considerações finais

Primeiramente, destacamos que a intenção deste texto não é a de esgotar o tema, até porque a grandiosidade do projeto não permite isso. Mas, antes, é a de considerar alguns aspectos que avaliamos ser essenciais e que devem ter continuidade nos processos pedagógicos implementados.

Assim, a partir das reflexões tecidas, elencamos alguns pontos relevantes do Projeto Parque Educador: 1) é uma proposta para superação de um ensino que ainda se apresenta sob os moldes do ensino tradicional; 2) contribui para sistematizar conhecimentos na educação básica; 3) os estudantes têm a possibilidade de compreender contextos diversos de aprendizagem, em que sua atuação será ativa, reflexiva, crítica e propositiva; 4) possui forte compromisso social, por atrelar ao processo de construção da cidadania socioambiental; 5) se constitui como espaço de formação continuada para os professores que participam do projeto; 6) possui um viés que extrapola as disciplinas e seus conteúdos, ou seja, induz à interdisciplinaridade.

Dessa forma, em síntese, a educação ambiental realizada pelo Projeto Parque Educador deve considerar o meio ambiente em seu ponto de vista holístico (o natural, o social, o econômico, o cultural); deve resgatar a natureza como parte do ser humano e o ser humano como construtor da natureza; deve construir o sentido de natureza como patrimônio fundamental da vida humana, trabalhando, assim, em conjunto com a educação patrimonial; deve permitir o desenvolvimento, de forma crítica, do conceito de sustentabilidade e o seu resultado processual ou final deve ser o fortalecimento da cidadania socioambiental.

Outros princípios também devem ser observados, conforme a Portaria nº 428, de 04 de outubro de 2017, que institui a Política de Educação Ambiental Formal da SEEDF, e da Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016, que institui a Política de Educação Patrimonial da SEEDF. Entre eles vale destacar - além dos já citados e desenvolvidos neste trabalho - o enfoque humanitário, holístico, democrático e participativo; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a vinculação entre a ética, a cidadania, a educação, o



trabalho, a democracia participativa e as práticas sociais; a participação da comunidade escolar; a necessidade da continuidade e permanência; o serviço à coletividade - atender a interesses de diversos grupos e faixas etárias; o resgate da pluralidade e diversidade cultural brasileira e do DF; a valorização da identidade e da memória; a preservação; a acessibilidade;

a valorização; a formação e a permanente avaliação crítica do processo (DISTRITO FEDERAL, 2016, 2017).

Após essas considerações, fica evidente que o projeto pode contribuir para a construção da cidadania socioambiental. E esta só se efetiva quando de fato os sujeitos compreendem a sua atuação em seu lugar e no mundo. ■

## Notas

- <sup>1</sup> O objetivo geral do PDEA é oferecer subsídios para a implementação da Política de Educação Ambiental no DF, com ênfase na conservação da sociobiodiversidade do Cerrado, na valorização do diálogo de saberes e na garantia dos direitos coletivos em direção à construção de sociedades sustentáveis, justas e solidárias. Disponível em <[http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/PDEA\\_final.pdf](http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/PDEA_final.pdf)>.
- <sup>2</sup> Como exemplo: Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal - 3ª edição (2019), ofertado aos professores. Este tem como parceiros: Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), Companhia de Saneamento Ambiental (CAESB), Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Escola da Natureza/SEEDF, IBRAM, SEMA, ADASA e UnB.
- <sup>3</sup> O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal.
- <sup>4</sup> Este quantitativo se relaciona aos atendimentos e não ao quantitativo de estudantes, pois na estruturação das modalidades de quatro ou dez encontros o mesmo estudante será atendido variadas vezes. Consideramos que essa metodologia contribui com uma formação integral e processual.

## Referências bibliográficas

- AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 2004.
- CARVALHO SOBRINHO, H.; GENGNAGEL, C. L. Limitações e possibilidades da formação inicial de professores de Geografia. *In*: MARTINS, Rosa; PREVE, Ana M; CHAVES, Ana Paula; FIRMINO, Larissa Correa (Orgs.). **Educação Geográfica em Movimento**. Santa Catarina: UDESC, 2018.
- \_\_\_\_\_. Projeto Parque Educador - DF: contributos para uma educação cidadã. *In*: Seminário de Pesquisa e Extensão do Campus Formosa (SEPEX), 2, 2019, Formosa, **Anais...** Formosa, 2019.
- CHRISTOPHERSON, R. W. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- CONSULTA POPULAR. **Brasil**: Alternativas e Protagonistas. - Consulta Popular. Vozes, 1999. Disponível: <<http://forum-eja.org.br/construcao-coletiva>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Portaria conjunta nº 2, de 17 de junho de 2015**. Parceria específica entre Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Brasília: DODF, 2015.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016**. Institui a Política de Educação Patrimonial da SEEDF. Brasília: DODF, 2016.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 428, de 04 de outubro de 2017**. Institui a Política de Educação Ambiental Formal da SEEDF. Brasília: DODF, 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica** - Anos Finais. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível: <<http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/>>

- [Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental\\_19dez18.pdf](#)>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Plano de trabalho do Projeto Parque Educador**. Brasília: SEEDF, 2019.
- FIGUERÓ, Adriano. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
- GADOTTI, M. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade**. Canoas: ULBRA, 2005.
- MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MORAIS, E. M. B. Evolução epistemológica do conceito de natureza. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 19, n. 2, p. 75-98, jan./dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. **O ensino das temáticas físico-naturais na geografia escolar**. 309 f. (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2011.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto: 2014a.
- MOREIRA, R. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014b.
- SUESS, R. C.; BEZERRA, R. G.; CARVALHO SOBRINHO, H. Percepção ambiental de diferentes atores sociais sobre o Lago do Abreu em Formosa-GO. **Holos**, Ano 6, v. 6, p. 241-258, 2013.
- TOMITA, L. M. S.; SHINOBU, P. F. P. Reflexões sobre as práticas de educação ambiental nas escolas. MOURA, J. D. P. e *et al.* **Práticas em educação socioambiental**. Londrina: Ed. UEL, 2013.
- TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: Eduel, 2012.